

RECURSO ESPECIAL Nº 1.864.350 - SC (2020/0049634-8)

RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
RECORRIDO : NELSI MARIA BOLGENHAGEN
ADVOGADO : ANDREY LUIZ GELLER - SC016670A

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, assim ementado (fl. 280):

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. REQUISITOS.

1. Quatro são os requisitos para a concessão do benefício em tela:

(a) qualidade de segurado do requerente; (b) cumprimento da carência de 12 contribuições mensais; (c) superveniência de moléstia incapacitante para o desenvolvimento de qualquer atividade que garanta a subsistência; e (d) caráter definitivo da incapacidade.

2 . *In casu*, considerando que a autora já conta 58 anos de idade, possui baixo grau de instrução (4ª série), sempre desenvolveu atividades braçais na agricultura e, devido à doença degenerativa da coluna, não pode mais realizar atividades pesadas, deve ser confirmada a concessão da aposentadoria por invalidez, uma vez que não há como limitar a atividade na agricultura apenas às atividades leves e, de outro lado, é inviável a reabilitação profissional da demandante.

Os embargos de declaração opostos pela autarquia foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, a autarquia aponta, inicialmente, violação do art. 1.022 do CPC/15, pois o acórdão permaneceu silente quanto às questões de "concessão de aposentadoria independente da condição de (in)capacidade do demandante e no tocante à majoração da verba sucumbencial" (fl. 335).

Alega, ainda, violação dos arts. 42 e 43 da Lei n. 8.213/91 e 85, §§ 2º e 11, 156, 375 e 972, IV, do CPC/15.

Sustenta, em síntese, que o acórdão recorrido violou os artigos supracitados, porquanto a concessão de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez são indevidos sem a devida comprovação de incapacidade por laudo pericial, cabendo ao magistrado afastar a conclusão do perito apenas quando haja relevante motivo, o que não ocorreu *in casu*. Argumenta, também, que "a fixação dos honorários recursais apenas deve se dar a respeito daquilo que estiver afeto ao apelo sucumbente" (fl. 341).

Pugna, ao fim, pela reforma do acórdão e, sucessivamente, pelo

afastamento da majoração da verba sucumbencial ou a anulação da decisão que rejeitou os embargos declaratórios.

Apresentadas as contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido.

É o relatório. Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo 3/STJ, que assim dispõe, *in verbis*: aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

No mérito, o acórdão recorrido registra que, apesar do laudo pericial atestar incapacidade parcial, a doença que acomete a segurada, em conjunto com suas condições socioeconômicas desfavoráveis, fazem presumir a incapacidade total para o trabalho.

Confiram-se trechos do julgado, *in verbis* (fls. 284/285):

Efetivamente, embora o perito tenha concluído pela aptidão da autora para o labor rurícola, admitiu que ela é portadora de discopatia degenerativa lombar (CID M51.3), com início dos sintomas em 2005 e agravamento em 2007, já tendo recebido diversos benefícios por incapacidade.

Além disso, considerando a idade da demandante, referiu ser contra-indicado que realize trabalhos como arar, fazer buracos, carregar pesos elevados, roçar, podendo, no entanto, tratar a criação, fazer as atividades leves e moderadas, bem como as tarefas do lar. Disse, ainda, o perito que a doença causa dor e impotência funcional se a autora não laborar ergonomicamente correto.

Ora, considerando que a autora já conta 58 anos de idade, possui baixo grau de instrução (4ª série), sempre desenvolveu atividades braçais na agricultura e, devido à doença degenerativa da coluna, não pode mais realizar atividades pesadas, deve ser confirmada a concessão da aposentadoria por invalidez, uma vez que não há como limitar a atividade na agricultura apenas às atividades leves e, de outro lado, é inviável a reabilitação profissional da demandante.

Portanto, deve ser mantida a sentença que condenou o INSS a conceder à autora a APOSENTADORIA POR INVALIDEZ a contar da DER (25/09/2013), não havendo parcelas prescritas ante o ajuizamento da ação em 11/03/2014.

Tal entendimento está em consonância com a jurisprudência desta Corte, a qual admite que a análise da incapacidade leve em consideração não só os aspectos físicos como os socioculturais do segurado para aferir a incapacidade para o trabalho.

Nesse sentido, *in verbis*:

PROCESSUAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR

INVALIDEZ. ACÓRDÃO EMBASADO EM OUTROS ELEMENTOS ALÉM DO LAUDO PERICIAL. POSSIBILIDADE.

1. Na análise da concessão da aposentadoria por invalidez, o magistrado não está adstrito ao laudo pericial, devendo considerar também aspectos socioeconômicos, profissionais e culturais do segurado a fim de aferir-lhe a possibilidade ou não de retorno ao trabalho. A invalidez laborativa não decorre de mero resultado de uma disfunção orgânica, mas da somatória das condições de saúde e pessoais de cada indivíduo. Precedentes.

2. O Tribunal *a quo* admitiu estar comprovado que a ora agravada ficou incapacitada de modo permanente e definitivo para exercer suas atividades laborativas, não obstante o laudo pericial ter concluído pela incapacidade apenas parcial. Inteligência da Súmula 83/STJ.

3. A revisão do conjunto conjunto fático-probatório dos autos que levou o Tribunal *a quo* a conclusão acerca da incapacidade laboral do segurado exige análise de provas e fatos, o que inviabiliza a realização de tal procedimento pelo STJ, no recurso especial, nos termos da Súmula 07/STJ.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 196.053/MG, Rel. CASTRO MEIRA, Segunda Turma, julgado em 24/9/2012, Dje 4/10/2012)

AGRAVO REGIMENTAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. NÃO VINCULAÇÃO AO LAUDO PERICIAL. OUTROS ELEMENTOS CONSTANTES DOS AUTOS. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO. INCAPACIDADE DEFINITIVA. CUMPRIMENTO DE REQUISITO LEGAL. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que o magistrado não está adstrito ao laudo, devendo considerar também aspectos sócio-econômicos, profissionais e culturais do segurado a fim de aferir-lhe a possibilidade ou não, de retorno ao trabalho, ou de sua inserção no mercado de trabalho, mesmo porque a invalidez laborativa não é meramente o resultado de uma disfunção orgânica, mas uma somatória das condições de saúde e pessoais de cada indivíduo.

2. Havendo a Corte regional concluído pela presença das condições necessárias à concessão do benefício, com base em outros elementos constantes dos autos, suficientes à formação de sua convicção, modificar tal entendimento, importaria em desafiar a orientação fixada pela Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 81.329/PR, Rel. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Quinta Turma, Julgado em 14/2/2012, Dje 1º/3/2012)

Sendo assim, verifico que a pretensão da autarquia, na verdade, é reverter a conclusão a que chegou o Tribunal *a quo* com base no conjunto probatório dos autos, no sentido de que a recorrida não é inválida. Entretanto, para isso, seria necessário o revolvimento do conjunto fático-probatório, o que é inviável em recurso especial, ante o óbice constante da Súmula n. 7/STJ.

Por fim, quanto à questão da possibilidade de majoração dos honorários advocatícios recursais, a jurisprudência do STJ assentou o entendimento de que é devida a majoração de verba honorária sucumbencial, nos termos do artigo 85, § 11, do CPC/2015, quando presentes os seguintes

requisitos de forma concomitante: a) decisão recorrida publicada a partir de 18/3/2016, data da vigência do novo Código de Processo Civil; b) recurso não conhecido integralmente ou desprovido, monocraticamente ou pelo órgão colegiado competente; c) condenação em honorários advocatícios desde a origem no feito em que interposto o recurso.

Neste sentido, confirmam-se os precedentes, *in verbis*:

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. PARCELAMENTO ANTERIOR AO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. DÉBITO SUSPENSO. EXTINÇÃO. HONORÁRIOS. CRITÉRIO DE FIXAÇÃO E PEDIDO DE REDUÇÃO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. MAJORAÇÃO. ART. 85, § 11 DO CPC/2015. DESCABIMENTO. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA. [...]

4. De acordo com o entendimento firmado pela Segunda Seção do STJ, descabe a majoração de honorários já fixados, na forma do art. 85, § 11, do CPC/2015, quando provido o recurso, ainda que parcialmente, visto que essa regra incide apenas nos casos de inadmissão ou rejeição do recurso.

5. Recursos Especiais não conhecidos.

(REsp 1.727.396/PE, Segunda Turma, Relator Ministro Herman Benjamin, DJe 2/8/2018)

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. MAJORAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS. ART. 85, §11, DO CPC/2015. VÍCIOS. INEXISTÊNCIA.

1. Devem ser rejeitados os embargos de declaração quando inexiste qualquer vício a ser sanado no acórdão embargado.

2. Acerca do regime de fixação e majoração de honorários de advogado no CPC/15, o STJ estabeleceu interpretação uniforme no seguinte sentido: a) Só caberá majoração dos honorários na hipótese de o recurso ser integralmente rejeitado/ desprovido ou não conhecido. b) Não haverá honorários de sucumbência recursal quando nas outras instâncias não houve a fixação em desfavor do recorrente c) O trabalho adicional realizado pelo advogado do recorrido, em grau recursal, deve ser tido como critério de quantificação, e não como condição para a majoração dos honorários.d) Não haverá majoração dos honorários no julgamento dos agravos interpostos contra decisão do Relator e nos embargos de declaração. e) O cômputo total da fixação dos honorários devidos não pode ultrapassar os limites dos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/15.f) O §11 do art. 85 do CPC/15 é regra de julgamento de recurso; logo, de natureza processual e aplicação imediata (art. 14 do CPC/15).

3. No particular, a embargante logrou êxito com a interposição do recurso especial, não subsistindo o propósito em ver a majoração dos honorários recursais.

4. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no REsp 1.746.789/RS, Terceira Turma, Relatora Ministra Nancy Andrigli, DJe 3/10/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DECLARATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA DA

PRESIDÊNCIA DESTA CORTE QUE NÃO CONHECEU DO RECLAMO, ANTE O ÓBICE DA SÚMULA 182/STJ. IRRESIGNAÇÃO DA REQUERIDA.

1. Em razão do princípio da dialeticidade, deve o agravante demonstrar, de modo fundamentado, o desacerto da decisão que não admitiu o apelo extremo.

2. Razões do agravo que não impugnaram especificamente os fundamentos invocados na decisão de inadmissão do recurso especial, atraindo a incidência da Súmula 182/STJ.

3. É devida a majoração da verba honorária sucumbencial, na forma do art. 85, § 11, do CPC/15, quando estiverem presentes os seguintes requisitos, simultaneamente: a) decisão recorrida publicada a partir de 18/3/2016, quando entrou em vigor o novo Código de Processo Civil; b) recurso não conhecido integralmente ou desprovido, monocraticamente ou pelo órgão colegiado competente; e c) condenação em honorários advocatícios desde a origem no feito em que interposto o recurso (AgInt nos EREsp 1539725/DF, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 09/08/2017, DJe 19/10/2017).

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1.140.219/SP, Quarta Turma, Relator Ministro Marco Buzzi, DJe 1º/10/2018)

No caso, o Tribunal de origem negou provimento à apelação do INSS, apesar de diferir para a fase de cumprimento de sentença a forma de cálculo dos consectários legais, adotando-se inicialmente o índice da Lei 11.960/2009, e elevou a verba honorária de 10% para 15% sobre as parcelas vencidas. Porém não se atentou para o fato de que o INSS, em sua apelação, requereu isso, ainda que de forma parcial. Dessa forma, o recurso do INSS foi provido parcialmente. Assim, incabível a majoração da verba honorária, na forma do artigo 85, § 11, do CPC/2015.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou parcial provimento ao recurso especial para afastar a majoração dos honorários advocatícios.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator